

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Em cumprimento das determinações legais e estatutárias, vimos submeter à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 e semestre findo em 31 de dezembro de 2011.

BALANÇOS PATRIMONIAIS Levantados em 31 de Dezembro de 2011 e de 2010 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)					
	2011	2010		2011	2010
Ativo			Passivo		
Circulante	7.228	8.676	Circulante	332	259
Disponibilidades	38	42	Outras obrigações	332	259
Aplicações interfinanceiras de liquidez	7.181	8.625	Fiscais e previdenciárias	279	224
Aplicações em depósitos interfinanceiros	7.181	8.625	Diversas	53	35
Outros créditos	9	9	Patrimônio Líquido	8.938	8.417
Diversos	9	9	Capital -		
Realizável a Longo Prazo	2.042	—	De domiciliados no país	7.000	7.000
Aplicações interfinanceiras de liquidez	2.042	—	Reservas de lucros	1.938	1.417
Aplicações em depósitos interfinanceiros	2.042	—			
Total	9.270	8.676	Total	9.270	8.676

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO				
para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2011 e de 2010 e para o Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2011				
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)				
	2º Semestre		Exercícios	
	de 2011	2011	2010	2010
Receitas da Intermediação Financeira	506	969	762	
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	506	969	762	
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	506	969	762	
Outras Receitas/Despesas Operacionais	(64)	(136)	(109)	
Outras despesas administrativas	(40)	(91)	(73)	
Despesas tributárias	(24)	(46)	(36)	
Resultado Operacional	442	833	653	
Resultado Antes da Tributação sobre o Lucro e Participações Imp. de Renda e Contrib. Social	(169)	(312)	(249)	
Provisão para imposto de renda	(101)	(186)	(146)	
Provisão para contribuição social	(68)	(126)	(103)	
Lucro Líquido	273	521	404	
Número de ações	7.000.000	7.000.000	7.000.000	
Lucro líquido por lote de mil ações - R\$ 1,00	39,00	74,46	57,71	

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2011 e de 2010 e para o Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2011 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Res. de Lucros				
	Capital	Legal	Outras	Acum.	Totais
Saldos em 31/12/2009	5.000	438	575	—	6.013
Lucro Líquido do Exercício	—	—	—	404	404
Aumento de Capital	2.000	—	—	—	2.000
Destinações:					
Reserva Legal	—	19	—	(19)	—
Reservas Especiais de Lucros	—	—	385	(385)	—
Saldos em 31/12/2010	7.000	457	960	—	8.417
Lucro Líquido do Exercício	—	—	—	521	521
Destinações:					
Reserva Legal	—	25	—	(25)	—
Reservas Especiais de Lucros	—	—	496	(496)	—
Saldos em 31/12/2011	7.000	482	1.456	—	8.938
Saldos em 30/12/2011	7.000	468	1.197	—	8.665
Lucro Líquido do Semestre	—	—	—	273	273
Destinações:					
Reserva Legal	—	14	—	(14)	—
Reservas Especiais de Lucros	—	—	259	(259)	—
Saldos em 31/12/2011	7.000	482	1.456	—	8.938

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2011 e de 2010 e para o Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2011 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

1. Contexto Operacional: A BGN Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil ("Sociedade") tem como objeto a prática de operações de arrendamento mercantil. Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, não apresentava contratos de arrendamento mercantil em sua carteira, tendo em vista a decisão de sua Administração pela suspensão das operações. Os controladores garantem o suporte financeiro para fazer face às despesas operacionais até a definição quanto à retomada das suas operações de arrendamento mercantil, caso necessário.

2. Base para Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras: As Demonstrações Financeiras foram preparadas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil pela Lei das Sociedades por Ações, incluindo as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e de acordo com as normas estabelecidas pelo BACEN, apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF. Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade ("IFRS"), o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, aprovados pela CVM, porém nem todos homologados pelo BACEN. Desta forma, a Sociedade, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN, as quais sejam: a) CPC 01 - Redução ao valor recuperável de ativos - homologado pela Resolução BACEN nº 3.566/08; b) CPC 03 - Demonstrações do fluxo de caixa - homologado pela Resolução BACEN nº 3.604/08; c) CPC 05 - Divulgação de partes relacionadas - homologado pela Resolução BACEN nº 3.750/09; d) CPC 24 - Evento Subsequente - homologado pela Resolução BACEN nº 3.973/11; e) CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes - homologado pela Resolução BACEN nº 3.823/09. Além disso, o BACEN aprovou os seguintes pronunciamentos, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2012: a) CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações - homologado pela Resolução BACEN nº 3.989/11; b) CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de estimativa e retificação de erro homologada pela Resolução BACEN nº 4.007/11; A Sociedade não espera efeitos significativos decorrentes da aprovação destes normativos.

3. Principais Práticas Contábeis: a) **Auração do resultado:** As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência. As receitas e despesas de natureza financeira são apropriadas observando-se o critério "pro rata temporis", substancialmente com base no método exponencial. b) **Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo e que são utilizados pela Sociedade para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. c) **Aplicações interfinanceiras de liquidez:** As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. d) **Passivo circulante e exigível a longo**

prazo: Os passivos circulante e exigível a longo prazo representam os valores conhecidos na data do balanço, incluindo encargos e variações monetárias e cambiais incorridos. e) **Imposto de renda e contribuição social:** A provisão para imposto de renda é constituída com base nos rendimentos tributáveis, pela alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre lucros excedentes a R\$ 240 mil e a contribuição social é calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável. f) **Uso de estimativas:** A elaboração das demonstrações financeiras exige que a administração faça estimativas e estabeleça premissas que afetam os valores reportados nas demonstrações financeiras e notas explicativas. Os resultados reais podem diferir dessas estimativas. g) **Ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias):** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09 que aprovou o pronunciamento técnico CPC nº 25 e na Carta Circular BACEN nº 3.429/10 da seguinte forma: • **Ativos Contingentes** - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos. • **Contingências Passivas** - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseada na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos podem mensuráveis com suficiente segurança. • **Obrigações legais (fiscais e previdenciárias)** - referem-se a demandas judiciais, nas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras e atualizados de acordo com a legislação vigente. • Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis são divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não são passíveis de provisão ou divulgação. • Os depósitos judiciais são mantidos em conta de ativo, sem a dedução das provisões para passivos contingentes, em atendimentos às normas do BACEN.

	2011	2010
4. Caixa e Equivalentes de Caixa:		
Disponibilidades em moeda nacional	38	42
Total de caixa e equivalentes de caixa	38	42
5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez:		
Aplicação em depósitos interfinanceiros - Banco BGN S.A.	9.223	8.625
	9.223	8.625

Os depósitos são remunerados a uma taxa de 100% dos Certificados de Depósitos Interbancários - CDI.

6. Patrimônio Líquido: O capital social, subscrito e integralizado, é dividido em 7.000 de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Conforme Assembleia Geral Extraordinária de 11 de janeiro de 2010 foi aprovado o aumento de capital da Sociedade em R\$2.000. Esse aumento foi homologado pelo Banco Central do Brasil em 24 de fevereiro de 2010. Do lucro líquido apurado no final de cada período, 5% serão destinados para a constituição da reserva legal. Em 2011 e 2010, foi efetuada a destinação dos lucros acumulados para a rubrica Reservas Especiais de Lucro em atendimento à Resolução CMN nº 3.605 de 29 de agosto de 2008. **7. Transações com Partes Relacionadas:** Remuneração do pessoal-chave da Administração: O Grupo Cetelem/BGN, do qual a Companhia é parte integrante, é administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria sendo que o Conselho de Administração deve ser composto por até 6 (seis) membros, todos acionistas da instituição, eleitos por Assembleia Geral e por ela destituíveis a qualquer tempo, com mandato de 3 (três) anos, permitida a reeleição. A Diretoria deve ser composta por até 7 (sete) membros, eleitos pelo conselho de administração e por ele destituíveis a qualquer tempo, mandato será de 3 (três) anos, permitida a reeleição, sendo, um Diretor Presidente, um Diretor Vice-Presidente e os demais designados Diretores Executivos. Os membros do Conselho de Administração não residentes no país não recebem remuneração paga no Brasil. A remuneração atribuída aos Diretores no conglomerado das empresas integrantes do grupo Cetelem/BGN para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 foram de respectivamente, R\$11.062 e R\$14.383 os quais representam benefícios de curto prazo e benefícios de rescisão de contrato de trabalho. Não existem benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo e remuneração baseada em ações. Os saldos das transações com partes relacionadas estão apresentados a seguir:

Descrição	2011		2010	
	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)
Disponibilidades				
Banco BGN S.A. (controlador)	38	—	42	—
Aplic. em depósitos interfinanceiros				
Banco BGN S.A. (controlador)	9.223	969	8.625	762

8. Impostos e Contribuições: A Sociedade está sujeita ao regime de tributação do Lucro Real e procede ao pagamento mensal do Imposto de Renda e Contribuição Social pela Estimativa. A despesa de Imposto de Renda registrada está a seguir demonstrada:

Descrição	2011		2010	
	Imposto de Renda	Contribuição social	Imp. de renda	Contrib. social
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	442	833	442	833
Alíquota vigente	25%	25%	15%	15%
Expectativa de despesa de acordo com a alíquota vigente	(110)	(208)	(66)	(125)
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças temp. no exercício:				
Outras diferenças temporárias	9	22	(2)	(1)
Crédito (Despesa) contabilizado	(101)	(186)	(68)	(126)
			(146)	(103)

9. Instrumentos Financeiros Derivativos: Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, a Sociedade não participou ou manteve operações envolvendo quaisquer tipos de instrumentos financeiros derivativos.

O Conselho de Administração **A Diretoria**

BGN Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil
Barueri - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da BGN Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil ("Leasing"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis. **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras:** A Administração da Leasing é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações

financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras da Leasing para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Leasing. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das

demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião:** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da BGN Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

São Paulo, 16 de março de 2012

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8
Vanderlei Minoru Yamashita
Contador CRC nº 1 SP 201506/O-5